DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2020



O FUTURO SOCIETE GENERALE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2020

O CONTEXTO ECONÓMICO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A pandemia fez de 2020 um ano histórico para a economia global, pelo facto de ter sido assolada por uma recessão como a que não víamos desde a Grande Depressão. A pandemia COVID-19 teve um impacto mais negativo na actividade no primeiro semestre de 2020 do que o previsto, concretamente durante o mês de Maio e Junho, enquanto muitas economias reabriram provisoriamente após o grande bloqueio, a economia global começou a mostrar sinais de melhoria a que havia mergulhado desde Abril, mas com a propagação e aceleração da pandemia em alguns lugares, muitos países retardaram a reabertura. Os resultados do PIB do segundo trimestre, em geral, trouxeram surpresas positivas. À medida que a economia reabria e liberavam restrições, a actividade geral se normalizou mais rápido do que o previsto.

Em 2020 o crescimento global foi de -4.1%, 0,8% acima da previsão do Banco Mundial. A projecção mais forte para 2020 reflecte o efeito líquido de dois factores concorrentes, o aumento ímpeto de resultados melhores do que o antecipado do PIB no segundo trimestre (principalmente em economias avançadas) versus a queda do distanciamento social persistente e reaberturas estagnadas na segunda metade do ano.

As notícias, no entanto, não foram uniformemente positivas. O PIB do segundo trimestre foi mais fraco do que o projectado, por exemplo, onde a demanda doméstica despencou após uma compressão muito acentuada no consumo e um colapso no investimento (como na Índia), a pandemia continuou espalhar-se (como no México), a demanda pesou particularmente nos sectores exportadores (por exemplo, na Coreia), e o enfraquecimento significativo dos fluxos de remessas pesou sobre os gastos internos (por exemplo, nas Filipinas).

As profundas feridas da recessão pandêmica para a economia global são ainda mais evidentes nos indicadores do mercado de trabalho e nos resultados da inflação. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a redução global das horas de trabalho no segundo trimestre de 2020 em comparação com o quarto trimestre de 2019 foi equivalente a perda de 400 milhões de empregos de tempo integral, aprofundando-se dos equivalentes 155 milhões de empregos de tempo integral perdidos no primeiro trimestre.

Enquanto os preços de itens como suprimentos médicos aumentaram e os preços das commodities aumentaram, os efeitos da fraca demanda agregada parecem ter compensado o impacto das interrupções no fornecimento. Em termos sequenciais, a inflação nas economias avançadas permaneceu abaixo dos níveis pré-pandêmicos. Nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, a inflação diminuiu acentuadamente nos estágios iniciais da pandemia, embora tenha aumentado desde então em alguns países por exemplo a Índia, refletindo interrupções na oferta e um aumento nos preços dos alimentos.

A inflação no grupo de economia avançada foi de 0,8% em 2020, e temos uma previsão para 1,6% em 2021, a medida que os ganhos de recuperação se mantêm, e se estabilizando posteriormente em 1,9%.

A recessão desencadeada pela pandemia COVID-19 tem sido muito diferente das recessões anteriores. Em crises anteriores, os sectores orientados para os serviços tenderam a sofrer menores quedas de crescimento do que a manufactura. Na crise actual, a resposta da saúde pública necessária para retardar a transmissão, juntamente com as mudanças comportamentais, fez com que os sectores de serviços dependentes de interações cara a cara, hospitalidade, artes e entretenimento, tivessem visto contrações maiores do que fabricação. A escala de interrupção indica que, sem uma vacina e terapias eficazes para combater o vírus, esses sectores enfrentam um caminho particularmente difícil de volta a qualquer aparência de normalidade.

O União Europeia criou uma iniciativa denominada, pacote-fundo de recuperação de pandemia de €750 bilhões (mais da metade com base em doações) e uma ampla gama de políticas temporárias de salvação em todo o mundo. Estes últimos incluíram transferências em dinheiro e em espécie para empresas e famílias afectadas, subsídios

salariais para manter o emprego, expansão da cobertura do segurodesemprego, diferimentos de impostos e iniciativas regulatórias para facilitar as regras de classificação e requisitos de provisionamento para empréstimos vencidos dos bancos, juntamente com a liberação de provisões para ajudar a absorver as perdas. As acções do Banco Central nas economias avançadas envolveram escalas maiores e mais diversificadas de compras de activos e facilidades de repasse, apoiando o fornecimento de crédito a uma ampla gama de tomadores de empréstimos.

Essas medidas de políticas agressivas desempenharam um papel vital no apoio ao sentimento e na prevenção de uma maior amplificação do choque do COVID-19 por meio do sistema financeiro. As condições financeiras melhoraram desde Junho para as economias avançadas e para a maioria dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

A recuperação criou raízes no quarto trimestre de 2020 e espera-se que se fortaleça gradualmente ao longo de 2021 que provavelmente será caracterizada por distanciamento social persistente até que os riscos para a saúde estejam controlados.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

Os riscos climáticos e os efeitos da COVID-19 causaram um declínio no desempenho económico nos últimos dois anos, com os efeitos da pandemia e do ciclone Eloise, bem como a intensificação da insurgência na província de Cabo Delgado, potencialmente enfraquecendo ainda mais a recuperação económica e atrasou o desenvolvimento de projectos de gás natural liquefeito (GNL).

O ciclone Eloise foi a última tempestade a atingir Moçambique, no dia 23 de Janeiro, na cidade da Beira, provincia de sofala, caracterizado por inundações, destruição de habitações e infraestrusturas.

Moçambique está sujeito a eventos climáticos extremos, com vários ciclones de categoria 4 atingindo o país entre 2019 e o início deste ano. Isso inclui dois ciclones tropicais em 2019 - Idai e Kenneth - que causaram uma perturbação econômica e uma grave crise humanitária em zonas do país onde o acesso aos serviços básicos é bastante limitado.

A economia Moçambicana teve um declínio de 0.9% ao ano em 2020, depois de 1% ao ano no terceiro trimestre de 2020, 3,3% ao ano no segundo trimestre 2020 e uma expansão modesta de 1,7% no primeiro trimestre de 2020. As quedas mais visíveis foram registradas nos sectores de hotelaria, restaurantes e mineração.

Moçambique atravessou um período de estabilidade macroeconómica caracterizada por, um aumento da cobertura das Reservas Internacionais Líquidas, que passou dos 5,8 meses previstos no PES para 6,0 meses e pela estabilidade da inflação, que se fixou em 3,14%, contra 2,78% no mesmo período de 2019, bem abaixo dos 6,6% projectados para 2020.

As receitas do Estado moçambicano diminuíram em 14,8% em 2020, face ao ano de 2019. As autoridades fiscais moçambicanas arrecadaram 236.321,5 (110,4%) milhões de meticais da meta revista em baixa de 214.141,7 milhões de meticais, contra os 276.788,2 milhões de meticais arrecadados em 2019.

A arrecadação de receitas, no entanto, ficou em mais de 100% da meta revista, devido à estabilidade macroeconômica. A despesa total do Estado cifrou-se em 337.397,3 milhões de meticais, 90,2% dos 374.096,6 milhões de meticais previstos, contra 313.621,4 milhões de meticais gastos em 2019. O combate ao terrorismo custou ao Estado milhões de meticais e até o final do primeiro semestre do ano passado, o sector de defesa não tinha mais recursos para dar continuidade às suas operações.

A relação entre o Presidente da República e o líder do maior partido da oposição, permanece cordial e o seu compromisso com o acordo de paz de 2019 (que completou um ano em Agosto) inabalável. Porém, o risco político aumentou significativamente nos últimos anos devido a um aumento nos ataques violentos contra civis e infraestruturas públicas por grupos insurgentes nos distritos do Centro e Norte. Os projectos de petróleo e gás em Cabo Delgado e offshore apresentam um potencial substancial para impulsionar o crescimento económico e o desenvolvimento, mas as questões de segurança representam

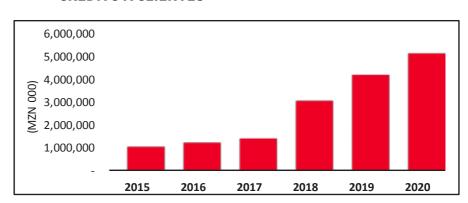
um desafio crescente que exige uma resposta rápida e abrangente.

Esperava-se que o Banco de Moçambique (BM) continuasse a manter a taxa de juro de referência em 10,25% até meados de 2021 como forma de acompanhar o desenvolvimento da pandemia no País, no entanto na primeira Reunião de Política Monetária realizada em Janeiro, decidiu-se aumentar a taxa de referência MIMO em 300bp, decisão suportada por uma substancial revisão em alta das perspetivas de inflação para médio prazo, a reflectir a contínua depreciação do Metical, num ambiente de maior agravamento dos riscos e incertezas, com destaque para as consequências negativas da propagação acelerada de COVID-19 e a ocorrência de calamidades naturais, para além da instabilidade militar.

A espectativa é que a inflação continue em tendência de alta ao longo de 2021, reduzindo o espaço para novos cortes na taxa MIMO. Prevê-se que o crescimento dos preços acelere de uma média de 3,2% em 2020 para 4,6% em 2021. Conforme as restrições da Covid-19 são atenuadas e a confiança do consumidor se recupera, isso deve aumentar as pressões sobre os preços do lado da demanda.

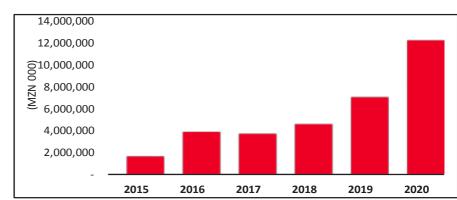
■ DESEMPENHO DO BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE

ANÁLISE DO BALANÇO CRÉDITO A CLIENTES



A carteira de crédito do Banco Société Générale Moçambique S;A (doravante designado por SGM ou Banco) tem mostrado uma tendência crescente desde 2015, aquando da entrada do Banco Société Générale na estrutura accionista do Banco, enriquecendo os processos de metodologia, compromisso e determinação ao Banco. O gráfico acima mostra a evolução do nível de crédito aos clientes.

DEPÓSITO DE CLIENTES



A carteira dos depósitos do Société Générale tem vindo a crescer a um passo maior do que o mercado, mostrando crescimento do nível de confiança dos clientes para com o Banco.

PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO

Os principais indicadores da estrutura do balanço no quadro resumo que se segue, mostram uma contínua evolução positiva, com maior destaque para os depósitos de clientes, que em grande parte se justifica pela credibilidade que os clientes tem para com o Banco Société Générale Moçambique, SA. O crédito a clientes teve um crescimento residual por consequência da situação pandêmica que o mundo e o país enfrenta. Os activos remunerados aumentaram por consequência do aumento das disponibilidades no Banco Central e em Bancos correspondentes.

Análise do balanço	2020	2019
Crescimento do total de activos bancários	64%	29%
Crescimento dos activos remunerados	54%	43%
Crescimento do crédito a clientes	23%	36%
Crescimento dos depósitos de clientes	74%	54%
Taxa de transformação	42%	59%
Activos remunerados/total do activo	67%	71%

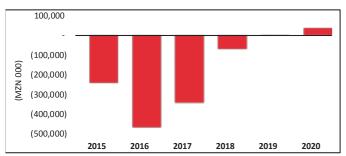
Análise da demonstração de resultados

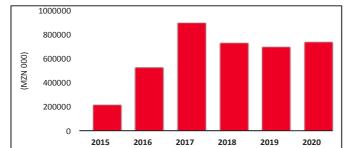
O ano de 2020 foi marcado pela confirmação da robustez do Banco, num ano de muitos desafíos o Banco conseguiu reiventar-se no mercado. Os resultados que o Banco tem alcançado mostram resiliência na estratégia da gestão que culminou com o aumento da margem financeira em 27% e do producto bancário em 19%.

Os resultados líquidos tem melhorado ao longo dos anos e pelo segundo ano consecutivo o Banco apresenta um resultado positívo, aumentando a carteira de crédito, mantendo depósitos sustentáveis, lançando novos productos e controlando os custos operacionais. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos resultados líquidos e dos custos operacionais respectivamente.

Resultado líquido de impostos

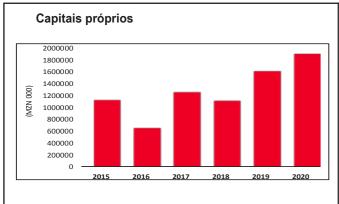
Custos operacionais

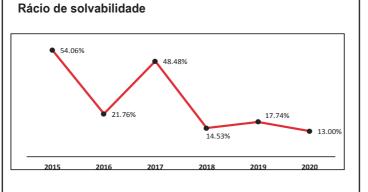




Análise dos Capitais próprios

Nos últimos dois anos os capitais próprios do Banco têm sido influenciados pelos resultados positivos e aumento de capital social sempre de acordo com o plano de investimento, reforçando a confiança no crescimento do Banco. Estes aumentos permitiram que o Banco espandice o negócio, com impacto no rácio de solvabilidade global para 13.00%. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos capitais próprios e do rácio de solvabilidade, respectivamente.





O Conselho de Administração





APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE**, **SA** em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2020, constantes das páginas 9 a 57, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, SA**, em 24 de Março de 2021 e vão assinadas em seu nome por:

O Conselho de Aministração





Deloitte.

Caixa Postal 4318 Maputo Deloitte & Touche (Moçambique) Lda Chartered Accountants and Management Consultants Registration No: 5917 Rua dos Desportistas, 833 Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955 Tel: +258 21430594 Tel: +258 20600100 contactdeloitte@deloitte.co.mz www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas do

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.** ("o Banco"), constantes das páginas 9 a 57, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)*, órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconssitente com as demonstrações financeiras, com o conheceimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Adminsitração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

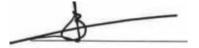
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido
 a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses
 riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base
 para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do
 que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação,
 omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conce-

ber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.



Deloitte & Touche (Moçambique), Lda

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014

Representada por:

Zacaria Fakir

Partner

Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012

Maputo, 20 de Abril de 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	2020	2019
Juros e rendimentos similares	3	833,333,690	680,932,445
Juros e gastos similares	3	(291,455,829)	(255,647,628)
Margem financeira	3	541,877,861	425,284,817
Rendimentos de serviços e comissões	4	170,172,642	194,054,760
Encargos com serviços e comissões	4	(52,599,275)	(61,002,932)
Serviços e comissões líquidas	4	117,573,366	133,051,828
Operações financeiras líquidas	5	251,161,915	206,090,039
Total dos rendimentos operacionais	_	910,613,143	764,426,684
Gastos com pessoal	6	(353,227,203)	(343,720,317)
Depreciações e amortizações	18;19	(85,183,448)	(95,454,757)
Outros gastos operacionais	7	(300,140,616)	(259,036,739)
Outros rendimentos operacionais	8	1,345,596	29,523,637
Lucro antes do imposto e imparidades	_	173,407,471	95,738,510
Perdas por imparidade de crédito	15;23	(267,817,471)	(130,809,704)
Reversão de perdas por imparidade de crédito	15;23	172,866,519	67,508,076
Outras provisões	23	(1,328,735)	-
Lucro antes do imposto	_	77,127,784	32,436,882
Imposto corrente	9	(45,218,215)	(31,698,281)
Lucro liquido do exercício	_	31,909,570	738,601
Outro rendimento integral líquido de imposto		-	-
Total do rendimento integral do exercício	_	31,909,570	738,601
O Director Financeiro	0 00	onselho de Administraçã	

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	2020	2019
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	3,589,286,893	1,265,241,989
Disponibilidades em instituições de crédito	11	2,584,105,731	1,073,091,010
Aplicações em instituições de crédito	12	1,950,547,669	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	296,683,736	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento intergral	14	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	5,139,370,894	4,181,297,684
Outros activos	16	40,081,248	31,925,448
Propriedades de investimento	17	250,736,300	252,084,500
Activos tangíveis e direito de uso de activo	18	957,501,641	944,667,599
Activos intangíveis	19	28,296,170	42,700,273
Activos por impostos correntes	20	21,827,154	21,727,154
Total de activos	_	14,889,442,438	9,084,170,113
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	21	549,140,331	207,719,212
Depósitos de clientes	22	12,247,849,183	7,049,059,743
Provisões	23	12,076,108	9,669,097
Outros passivos	24	182,108,330	201,363,142
Total dos passivos	_	12,991,173,952	7,467,811,195
Capital próprio			
Capital social	25	2,647,200,000	2,397,200,000
Prémio de emissão	25	13,790,314	13,790,314
Reserva legal	26	103,041,493	102,930,703
Resultados transitados		(865,763,319)	(897,562,099)
Total do capital próprio		1,898,268,488	1,616,358,918
Total do capital próprio e passivo	_	14,889,442,438	9,084,170,113

O Director Financeiro

O Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEM-BRO DE 2020

	Capital social Nota 25	Prémio de emissão Nota 25	Reserva legal Nota 26	Resultados transitados	Total do capital próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2019	1,897,200,000	13,790,314	102,930,703	(898,300,700)	1,115,620,317
Aumento de capital	500,000,000			-	500,000,000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	738,601	738,601
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	2,397,200,000	13,790,314	102,930,703	(897,562,099)	1,616,358,918
Aumento de capital	250,000,000	-		-	250,000,000
Transferência para reserva legal	-	-	110,790	(110,790)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31,909,570	31,909,570
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	2.647.200.000	13.790.314	103.041.493	(865.763.319)	1.898.268.488

O Director Financeiro

O Conselho de Administração

Janua Tranjaly

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	2020	2019
Actividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		31,909,570	738,601
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações	18,19	85,183,448	95,454,757
Perdas por imparidade de crédito	15	266,381,176	130,809,704
Reversão de imparidade de crédito	15	(172,866,519)	(67,508,076)
Variação de justo valor em propriedades de investimento	17	1,348,200	(2,759,700)
Variação de activos operacionais	15,16	(2,790,717,458)	(1,093,747,034)
Variação de passivos operacionais	21,22,23,24	5,523,362,757	1,527,226,043
Imposto sobre o rendimento		(100,000)	(100,000)
Fluxo de caixa gerado pelas actividades operacionais		2,944,501,173	590,114,294
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(77,321,947)	(40,762,436)
Alienação de activos tangíveis	18	3,436,552	879,554
Aquisição de activos intangíveis	19	(9,727,994)	(18,168,552)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	-	(17,861,796)
Aquisição de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	(296,683,736)	-
Fluxo de caixa gerado pelas actividades de investimento	_	(380,297,124)	(75,913,230)
Actividades de financiamento			
Aumento do capital social	25	250,000,000	500,000,000
Fluxo de caixa gerado pelas actividades de financiamento	_	250,000,000	500,000,000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2,814,204,049	1,014,201,064
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício		2,321,575,592	1,307,374,527
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5,135,779,641	2,321,575,592



Caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

		2020	2019
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	3,589,286,893	1,265,241,989
Reservas junto do Banco Central	10	(2,988,160,652)	(1,257,186,860)
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	2,584,105,731	1,073,091,010
Aplicações em instituições de crédito	12	1,950,547,669	1,240,429,453
	_	5,135,779,641	2,321,575,592

O Director Financeiro O Conselho de Administração

Janua Janay Coly

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações	financeiras
1. Principais políticas contabilísticas	14
2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros	27
3. Margem financeira	27
4. Rendimento líquido de comissões e serviços	28
5. Operações financeiras líquidas	29
6. Gastos com pessoal	29
7. Outros gastos operacionais	29
8. Outros rendimentos operacionais	30
9. Impostos sobre rendimentos	31
10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central	32
11. Disponibilidades em instituições de crédito	33
12. Aplicações em instituições de crédito	33
13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado	33
14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento inter	gral 34
15. Empréstimos e adiantamentos a clientes	34
16. Outros activos	36
17. Propriedade de investimentos	36
18. Activos tangíveis	37
20. Activos por impostos correntes	38
21. Recursos de instituições de crédito	39
22. Depósitos de clientes	39
23. Provisões	39
24. Outros passívos	40
25. Capital social	41
26. Reservas	42
27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes o	le impostos 42
28. Instrumentos financeiros	43
29. Justo valor dos instrumentos financeiros	44
30. Partes relacionadas	45
31. Contingências e compromissos	46
32. Gestão do Risco, objectivos e políticas	46
33. Princípio de continuidade	57

Introdução

34. Acontecimentos após a data do balanço

O Banco Société Générale Moçambique, S.A. (doravante designado por SGM ou Banco) é um banco privado, constituído em 1999 com sede em Maputo – Moçambique. O Banco é detido em 65% por Société Générale Paris e 35% por Mauritius Commercial Bank. Actualmente o Banco tem seis agências, duas em Maputo, uma na Matola, duas em Nampula e uma na Beira.

1. Principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de Março de 2021 e serão submetidas para aprovação pelos Accionistas na reunião da Assembleia Geral de Accionistas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos valores são arredondados em Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de determinadas políticas contabilísticas fundamentais. Além disso, exige também que o Conselho de Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras incluem as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, e as áreas em que os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e métodos usados na estimativa de perdas por imparidade para empréstimos e adiantamentos a clientes estão descritos na alínea e) da nota 1.3 imparidade de activos financeiros e estão de acordo com a NIRF 9.

Justo Valor

O justo valor dos investimentos negociados num mercado financeiro activo e organizados é determinado com base em cotações do mercado na data do balanço. Para investimentos onde não há um mercado activo, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de informação disponível no mercado, referencia ao valor de mercado actual de um outro

instrumento com as mesmas caracteristicas ou outros modelos de avaliação conforme mencionado na alínea d) da nota 1.3

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 9).

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA. (Mais detalhes são fornecidos na nota 9).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Não é expectável ser apresentado um impacto material em resultado de eventuais revisões à matéria colectável.

Locações

57

Prazo de arrendamento

O Banco determina o prazo de arrendamento como um prazo não cancelável de arrendamento, acrescentando a opção de períodos de prorrogação caso haja acordo entre as partes ou rescisão do contrato.

O Banco possui vários contratos de arrendamento que incluem extensão e rescisão. O Banco faz julgamento para avaliar se é razoável ou não execercer a opção de renovação ou rescisão do arrendamento, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para a renovação ou rescisão. Após a data de início, o Banco reavalia as condições de arrendamento, se existe um evento significativo ou mudanças que afectam a capacidade do Banco de exercer a sua opção de renovar ou rescindir o contrato.

Taxa incremental de empréstimo

O Banco não pode deliberadamente determinar a taxa implícita do contrato de arrendamento, o Banco deve usar a taxa incremental sobre o passivo de arrendamento. Esta taxa de juro é a que o Banco teria que pagar para um empréstimo de prazo semelhante, com uma garantia similar para obter um activo de valor semelhante em um ambiente económico semelhante. O Banco estima a taxa incremental usando dados observáveis como taxas de juros de mercado.



1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios.

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional e moeda de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2020	2019
Dolar Americano	74.90	61.47
Euro	92.04	68.89
Rand Sul Africano	5.11	4.37

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) <u>Ganhos ou perdas do primeiro dia</u>

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) <u>Aplicações em instituições de crédito e empréstimos e adianta-</u> mentos a clientes

Os valores de Aplicações em instituições de crédito e Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

Activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, são mensurados ao custo amortizado de acordo com as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro d\u00e3o a origem em datas espec\u00edficas a fluxos de caixa que s\u00e3o

apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

v) <u>Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral</u>

O Banco classifica instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral quando verificam-se as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais e vender o activo.
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos ou perdas reconhecidos em outro rendimento integral. Juros recebidos, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos ganhos e perdas da mesma forma como os activos financeiros ao custo amortizado.

vi) <u>Passivos financeiros</u>

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efectiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Anulação devido a modificação substancial dos termos contratuais:

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torna um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda desreconhecível, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registrada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como *Stage* 1 para fins de mensuração da perda esperada por imparidade, a menos que o novo empréstimo seja considerado comprado ou originou uma perda por imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de um componente no capital;
- Alteração na contraparte;
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério da colecta de pagamentos de capital e juros do capital em dívida.

ii) <u>Desreconhecimento que não seja por modificação substancial de activos financeiros</u>

Um activo financeiro é desreconhecido quando expira o direito de receber fluxos de caixa. O Banco também desreconhece os activos financeiros quando ambos tiverem sido transferidos e quando se qualificarem para o seu desreconhecimento.

O Banco transfere o activo financeiro quando:

- Transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa, ou
- Retém os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo de repassar.

ii) <u>Desreconhecimento, excepto por modificação substancial</u> <u>de passivos financeiros</u>

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob a responsabilidade é satisfeita, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro for substituído para o mesmo detentor, por outro com condições subs-

tancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

d) **Determinação do justo valor**

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo da maior e melhor maneira ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de componentes de preços considerados para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.
- Nível 2 Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3 Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de componentes de preço que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo).

e) Imparidade de activos financeiros

O Banco tem registado perdas esperadas para todos empréstimos incluindo garantias financeiras e outros compromissos irrevogáveis como cartas de crédito, outros activos financeiros e instrumentos de dívida não detidos ao justo valor por lucros ou prejuízos. Os instrumentos de capital não são sujeitos a imparidade de acordo com a NIRF 9.

As imparidades esperadas são baseadas nas perdas de crédito esperadas durante a vida de um activo, a menos que não tenha havido aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que, nesse caso, a imparidade é determinada na base da perda esperada de crédito para os 12 meses.

A perda de crédito esperada para 12 meses, é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira do activo, que representa a perda de crédito esperada resultante de possíveis incumprimentos sobre um instrumento financeiro que possam ocorrer dentro de 12 meses após a data de reporte.

Tanto a perda de crédito esperada ao longo da vida e durante os 12 meses são calculadas individualmente ou colectivamente, dependendo da natureza da carteira sub-adjecente de instrumentos financeiros.

O Banco tem um comité onde avalia se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento durante o período remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima o Banco agrupa os empréstimos conforme descreve abaixo:

- Estágio 1- Quando as exposições não sofreram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o Banco reconhece a perda esperada com base em 12 meses, inclui também facilidades que foram reclassificadas do estágio 2 por terem mostrado melhorias no risco de crédito.
- Estágio 2- Quando uma exposição mostra um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não possui evidência objectiva de imparidade, o Banco reconhece a perda esperada com base na vida útil do instrumento financeiro. Inclui também neste estágio facilidades que foram reclassificadas do estágio 3 por terem mostrado melhorias significativas do risco de crédito.
- Estágio 3- Inclui facilidades consideradas em imparidade, o Banco reconhece perda esperada com base na vida do instrumento financeiro.
- Activos financeiros em imparidade comprados ou activos financeiros em imparidade originados são registados ao justo valor no reconhecimento inicial e os juros são subsequentemente registados a taxa de juro efectiva. As perdas esperadas são reconhecidas ou desreconhecidas a medida que haja alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas.
- i) <u>Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através</u> <u>do rendimento integral</u>

As perdas esperadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral, não reduzem o valor contabilístico desse activo financeiro na demonstração da posição financeira, ele, permance ao seu justo valor. Alternativamente uma quantia igual à imparidade se o activo estivesse mensurado ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com a respectiva reflecção nos lucros ou prejuízos de uma redução do valor recuperável desse activo. As perdas acumuladas reconhecidas no rendimento integral são recicladas através dos lucros ou prejuízos até o desreconhecimento desse activo.

ii) <u>Aquisição de activos financeiros em imparidade</u>

Para activos financeiros adquiridos com perda por imparidade, o Banco apenas reconhece às variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida do activo partir do momento inicial.

iii) <u>Cartões de crédito e outras facilidades</u>

O Banco oferece uma variedade de produtos para corporate e retalho, tais como descobertos em conta e créditos em conta corrente, em que o Banco tem o direito de cancelar ou reduzir de imediato a facilidade. O Banco não limita as perdas de crédito com o período contratual, mas sim calcula de acordo com a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de incumprimento e procedimentos de mitigação de risco do Banco que pode incluir a redução ou cancelamento da facilidade. Para estes instrumentos o Banco calcula a perda esperada de crédito ao longo do período em em que o Banco está exposto ao risco de crédito e a perda de imparidade esperada não será mitigada pelas acções da gestão de crédito, mesmo que esse período se estenda para elém do máximo período contratual.

iv) <u>Informação prospectiva</u>

No modelo de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com uma variedade de informações prospectivas, relacionadas com *inputs* económicos tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas de referência do Banco Central
- Mercado imobiliário

Estes pressupostos usados para calcular as perdas de crédito esperadas nem sempre captam todas as características de mercado na data

das demonstrações financeiras, para reflectir esta possibilidade, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitas quando estas diferenças são materialmente significativas.

v) <u>Avaliação de colaterais</u>

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, é avaliado diariamente.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Os outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. As garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) *Abates*

Os activos financeiros são abatidos totalmente ou parcialmente apenas quando se torna impossivel a sua recuperação. Se o montante a ser abatido estiver acima do valor da imparidade acumulada, a diferença é primeiro acrescida à imparidade que é aplicada sobre o valor contabilístico bruto. As recuperações subsequentes de montantes abatidos são reconhecidas como dedução do gasto por perda da imparidade de crédito na demonstração de resultados.

f) Colaterais readiquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

h) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor, sendo o prémio recebido.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados de acordo com a IFRS 15.

i) Reclassificação de activos e passívos financeiro

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros após o reconhecimento inicial, fora em casos ou circunstâncias que o Banco adquire, dispõem de, ou termina uma linha de negócio. Passívos financeiros nunca são reclassificados.

j) Reconhecimento de rédito e gasto

O Banco reconhece o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a retribuição que o Banco espera receber em troca de tais bens ou serviços.

i) <u>Juros e gastos similares</u>

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados ao justo valor, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período

mais curto que não se encontram em imparidade.

Quando um activo financeiro se torna em imparidade e é, portanto, considerado no "Estagio 3", o Banco calcula o rédito de juros aplicando a taxa de juros efectiva ao custo amortizado do activo financeiro líquido. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais em imparidade, o Banco reverterá para o rédito de juros brutos.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

> Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

• Comissões cobradas pela prestação de serviços.

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

ii) <u>Rendimento líquido em operações financeiras</u>

Os rendimentos líquidos em operações financeiras incluem os ganhos e as perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

l) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

O direito de uso do activo é apresentado na linha dos activos tangíveis na demonstração da posição financeira, a política de locações é apresentada no parágrafo q) Contratos de locação

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de depreciação são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Anos

Edifícios arrendados 25 – 40 (limitados aos termos dos contratos) Equipamento 3 – 10

Viaturas 4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "outros rendimentos operacionais" ou "outros gastos operacionais" na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

m) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças), desenvolvimentos adicionais feitos ao software e projectos em progresso feitos ao software, estes estão relacioanados com pesquisas ou projectos de desenvolvimento adquiridos separadamente e reconhecidos como intangíveis. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos even-



tuais perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 4 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido após alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em «Outros proveitos operacionais» ou «Outros gastos operacionais» no resultado do exercício, no ano em que o activo é desreconhecido.

n) **Propriedades de Investimentos**

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transacção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no justo valor de propriedades de investimento são incluídos no resultado do período em que ocorrem, incluindo o efeito fiscal correspondente. O justo valor é determinado com base em uma avaliação anual realizada por um avaliador independente externo credenciado, aplicando um modelo de avaliação recomendado pelo "International Valuation Standards Committee".

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando são alienadas ou quando são retirados de uso e quando não se espera nenhum benefício econômico futuro após a sua alienação. A diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contabilístico do activo é reconhecido em lucros ou perdas do período.

As transferências são feitas para (ou/de) propriedade de investimento somente quando há uma alteração no uso. Para uma transferência de uma propriedade de investimento para uma propriedade ocupada pelo proprietário, o custo considerado para a contabilização subsequente é o justo valor na data da alteração de uso. Se a propriedade de investimento se torna propriedade ocupada pelo proprietário, o Banco contabiliza tal propriedade de acordo com a política dos Activos tangíveis

o) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, (ou unidade geradora de caixa) o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos os custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o *goodwill*, é efectuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

p) Impostos

i) <u>Impostos correntes</u>

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício

e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

q) Contratos de locação

O Banco avalia se um contrato contém operações de locação, ou seja se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo por um período de tempo em troca de benefícios.

Locações operacionais - Banco como locatário

O Banco aplica o mesmo princípio para o reconhecimento e mensuração de todos contratos que contém locação, exceptuando os de curto prazo e os de baixo custo. O Banco reconhece o passivo de locação para fazer os pagamentos e o direito de uso do activo representa o direito que o Banco tem de usar o activo subjacente.

<u>Direito de uso do activo</u>

O Banco reconhece o direito de uso do activo no início da locação, ou seja a data em que o activo subjacente está disponível para o uso. Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada, perdas de imparidade e qualquer remensuração do passivo de arrendamento. O custo do direito de uso do activo inclui o valor dos passivos de locação, custos directos iniciais incorridos, os pagamentos das rendas feitas antes da data do início e são deduzidos os incentivos recebidos. O direito de uso do activo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo contratual.

O direito de uso do activo é apresentado na nota de activos tangíveis e direito de uso do activo na posição financeira e estão sujeitos a testes de imparidade de acordo com a política do Banco. O direito de uso é composto por três agências e o tempo médio do contrato de arrendamento é de seis anos.

<u>Passivo de locação</u>

Na data do início do contrato o Banco reconhece o passivo de locação mensurado ao valor presente dos pagamentos das rendas a serem efectuadas durante o prazo do contrato. Os pagamentos da renda incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos a receber), pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa e valores que sirvam de garantias do valor residual. Os pagamentos das rendas também incluem o preço da opção de compra e pagamento de multas pela rescisão do contrato, se as condições do contrato reflectirem a opção de terminar. Os pagamentos variáveis dos contratos de locação que não dependam de um indexante ou taxa, são reconhecidos como custos no período em que o evento ocorreu.

O passivo de locação está apresentado em outros passivos na posição financeira.

r) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

s) Normas emitidas, mas não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

NIRF 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro Emendas resultantes dos Melhoramentos Anuais às Normas NIRF 2018-2020 subsidiária como adoptante pela primeira vez (em vigora a partir de 1 de Janeiro de 2022)

NIRF 4 - Contratos de seguro Alterações relativas à data de expiração da abordagem diferida (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

NIRF 4 - Contratos de seguro Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas inter interbancárias oferecidas (IBOR) (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

NIRF 7- Instrumentos financeiros: Emendas às divulgações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas inter bancárias oferecidas -IBOR (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

NIRF 9 - Instrumentos Financeiros Emendas resultantes do melhoramento anual das normas NIRF 2018-2020 - taxas no teste "10 por cento" para o desreconhecimento de passivos financeiros (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022)

NIRF 9 - Instrumentos Financeiros Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas inter bancárias oferecidas - IBOR (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

NIRF 16 - Locações Alterações ao exemplo 13 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

IAS 1- Apresentação de Demonstrações Financeiras Emenda para adiar a data efectiva das emendas de Janeiro de 2020 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Alterações relativas à classificação das responsabilidades (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

IAS 16 - Activos Tangíveis; Emendas que proíbem uma empresa de deduzir do custo dos activos fixos tangíveis os montantes recebidos da venda de artigos produzidos enquanto a empresa prepara o activo para o seu uso pretendido (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022)

NIRF 17- Contratos de Seguro edição original (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

NIRF 17- Contratos de Seguro Emendas para responder às preocupações e desafios de implementação que foram identificados após a publicação da IFRS 17 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

IAS 37- Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes Emendas relativas aos custos a incluir ao avaliar se um contrato é oneroso (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022).

Os administradores prevêm que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais para os períodos anuais com início nas respectivas datas, conforme indicado acima Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação dessas alterações.

2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

a) Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco não adoptou nenhuma nova norma, interpretação ou alteração, porque estas não tem nenhum impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

3. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como segue:

	2020	2019
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	529,934,586	475,411,012
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	277,157,791	164,022,588
Juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado	26,241,313	41,498,844
	833,333,690	680,932,445
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	270,834,705	228,672,491
Juros de empréstimos no mercado monetário interbancário	14,452,627	20,872,770
Juros de passivos de locação	6,168,497	6,102,366
_	291,455,829	255,647,628
_	541,877,861	425,284,817

O Banco aumentou o volume da carteira de crédito e a carteira de depósitos, por isso os juros e rendimentos similares e juros e gastos similares aumentaram respectivamente. Os juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado reduziram influenciados pela descida das taxas de juro e pela redução do volume de aplicações neste instrumento ao longo do ano.

4. Rendimento líquido de comissões e serviços

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2020	2019
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas e cartas de crédito	82,224,535	87,881,918
Por serviços bancários realizados	85,001,330	103,310,205
Outros rendimentos de serviços e comissões	2,946,777	2,862,638
	170,172,642	194,054,760
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	20,997,168	34,864,355
VISA e Mastercard	24,142,230	19,321,429
Outros encargos com serviços e comissões	7,459,878	6,817,147
	52,599,275	61,002,932
	117,573,366	133,051,828

A rubrica de rendimento líquido de comissões foi influenciada pelos seguintes pontos:

Garantias prestadas e cartas de crédito - O Banco reduziu o volume de transacções de cartas de crédito, tendo recebido de comissões 28.991.893,58 Meticais (2019: 47.104.897,46 Meticais) e aumentou o volume em garantias bancárias tendo recebido de comissões 53.232.640,98 Meticais (2019: 40.777.020,08 Meticais).

Serviços bancários realizados - Foram maioritariamente influenciados pelas comissões dos comerciantes

15.109.536,34 Meticais (2019: 37.718.094,31 Meticais).

Encargos com serviços e comissões - Foram influenciados por garantias bancárias recebidas para cobertura de riscos de concentração de crédito.

5. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas referem-se a ganhos cambiais.

	2020	2019
Ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	1,984,307,356	1,321,817,377
	1,984,307,356	1,321,817,377
Perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1,733,145,440	1,115,727,337
	1,733,145,440	1,115,727,337
Ganho financeiro líquido	251,161,915	206,090,039

6. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	2020	2019
Remunerações dos colaboradores	342,824,248	331,074,902
Segurança social	10,402,955	12,645,414
	353,227,203	343,720,317

7. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2020	2019
Água, energia e combustíveis	3,033,922	3,621,752
Consumíveis	16,981,919	17,625,383
Rendas e alugueres	3,710,229	1,448,406
Comunicações	56,678,889	42,916,249
Despesas de deslocação e representação	8,203,625	15,110,807
Despesas de marketing	8,429,018	11,146,024
Avenças, honorários e serviços especializados	67,813,893	15,367,746
Manutenção e reparação	111,118,531	116,255,412
Seguros	10,426,063	8,875,316
Serviços judiciais contecioso e notariado	44,155	215,108
Segurança	6,156,053	5,203,717
Despesas de formação	2,546,172	4,454,591
Multas e outras penalidades	266,173	3,935,333
Taxas e licenças	1,522,114	3,649,860
Outras despesas	3,209,861	9,211,035
	300,140,616	259,036,739

Os outros gastos operacionais foram influencidos pelas seguintes rubricas:

Água energia e combustíveis foram influenciados pela factura de electricidade, como consequência do trabalho remoto, electricidade 2.403.187,90 Meticais (2019: 2.771.393,41 Meticais).

Consumíveis reduziram por consequência do trabalho remoto.

Rendas e alugueres corresponde a renda de curto prazo referente a um espaço para o data center.

Comunicações em 2020 foram influenciadas pelo aumento significativo de linhas de dados 36.229.777,92 Meticais (2019: 26.601.012,86 Meticais).

Despesas de deslocação e representação, bem como as despesas de *marketing* reduziram devido a situação da pandemia, viagens e programas foram cancelados durante as restrições verificadas em 2020.

Avenças, honorários e serviços especializados foram influenciados pelos serviços especializados de gestão do grupo 49.387.789,34 Meticais e no ano de 2019 não foi registado nada nesta conta.

Manutenção e reparação foram influcenciados pela redução da assistência técnica na área de informática 38.846.082,16 Meticais (2019: 45.959.529,18 Meticais), redução da assistência técnica na área de cartões 3.875.529,35 Meticais (2019: 12.534.991,75 Meticais) e pelo aumento dos custos de manutenção de software 32.175.149,03 Meticais (2019: 25.903.410,49 Meticais).

8. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2020	2019
Reavaliação de imóveis (Nota 17)	(1,348,200)	2,759,700
Subarrendamento de escritórios	11,042,629	9,309,607
Outras reversões	4,529,794	26,701,969
Perdas/ Ganhos operacionais	(12,878,626)	(9,247,639)
	1,345,596	29,523,637

As outras reversões foram impactadas pelas reversões dos excessos de provisões para Mastercard (2019:

6.680.818,00 Meticais), Visa card (2019: 12.000.000,00 Meticais) e outros serviços (2019: 7.741.151,00 Meticais). As perdas ou ganhos operacionais são principalmente relacionadas com perdas de operações de cartões erradamente carregadas no sistema e projectos discontinuados.

9. Impostos sobre rendimentos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2020	2019	
Imposto corrente	45,218,215	31,698,281	
	45,218,215	31,698,281	

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto sobre o rendimento é analisada como segue:

	_			
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultado antes de imposto *		31,909,570		738,601
Imposto a pagar à taxa nominal	32.00%	10,211,062	32.00%	236,352
Correcções fiscais:				
Gastos não dedutíveis	24.51%	41,661,360	12.00%	21,458,031
Rendimentos não tributáveis	-13.21%	(77,295,932)	-17740.60%	(41,930,316)
Prejuízos fiscais disponíveis para periodos futuros	348.98%	35,634,572	8561.77%	20,235,933
Imposto corrente	0.00%		0.00%	-

Os gastos não dedutíveis estão relacionados com o imposto retido na fonte sobre operações com o mercado monetário interbancário (cedências e bilhetes de tesouro).

* Lucro/(prejuízo) antes do imposto e depois da retenção na fonte.

9.2 Imposto diferido

A tabela a seguir mostra o imposto diferido reconhecimento na demonstração da posição financeira e as alterações reconhecidas em gastos com imposto:

	0040	Demonstração de resultados		0000	
-	2019 —	Gastos	Rendimentos	2020	
Activos por imposto diferido					
Prejuízos fiscais	73,948,953	(431,424)		73,517,529	
	73,948,953	(431,424)	-	73,517,529	
Passivos por imposto diferido					
Reavaliação de propriedades de investimento	(73,948,953)	-	431,424	(73,517,529)	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(73,948,953)		431,424	(73,517,529)	

A reconciliação dos impostos diferidos é analisada como segue:

	2020	2019
Impostos diferidos dos anos anteriores	291,328,771	271,975,942
Perda por imposto diferido do periodo reconhecido em lucros ou perdas	-	(883,104)
Imposto diferido expirado	(49,266,544)	-
Imposto diferido do periodo	35,634,572	20,235,933
Impostos diferidos líquidos para disponíveis para utilizar em periodos futuros	277,696,798	291,328,771

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2020, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano de origem	Ano fim		Prejuízos fiscais	Tributação
2016		2021	78,009,754	24,963,121
2017		2022	465,000,698	148,800,223
2018		2023	152,956,418	48,946,054
2019		2024	63,237,289	19,352,828
2020		2025	111,358,037	35,634,572
			870,562,196	277,696,798

Os activos por impostos diferidos, no montante de 277.696.798 Meticais, não foram objecto de reconhecimento integral em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições da IAS 12 para o efeito.

10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

A rubrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analizada como segue:

	2020	2019	
Caixa	62,047,599	63,168,728	
Banco de Moçambique	3,527,239,294	1,202,073,261	
	3,589,286,893	1,265,241,989	

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique, estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. O montante da reserva mínima obrigatória para o exercício de 2020 foi de 2.988.160.652 Meticais (2019: 1.200.045.101,00 Meticais), sendo que o aumento significativo das reservas obrigatórias é resultado do aumento dos depósitos de clientes.

11. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

2019

	2020	2019	
Bancos estrangeiros	2,572,976,768	1,073,071,196	
Bancos locais	11,128,963	19,814	
	2,584,105,731	1,073,091,010	

O Banco possui contas junto do SG Paris, SG New York e Mauritius Commercial Bank, onde o Banco efectua suas operações com o estrangeiro, nomeadamente transferências, pagamentos e outras operações.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2020	2019	
Depósitos no Banco de Moçambique	1,950,547,669	1,240,429,453	
	1,950,547,669	1,240,429,453	

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a uma taxa de juro efectiva de 10,25% para reverse repo, com vencimento em 04 de Janeiro de 2021. (2019: Representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a uma taxa de juro efectiva de 12,75% para reverse repo e 9.75% para facilidade permanente de cedência, com vencimento em 02 de Janeiro de 2020).

13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Esta rubrica analiza-se como segue:

	2020			2019			
-	Valor de acquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de acquisição	Efeito justo valor	Justo valor	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
Bilhetes de tesouro							
Saldo inicial	-	-	-	295,117,764	-	295,117,764	
Aquisições	296,683,736	-	296,683,736	800,000,000	-	800,000,000	
Alienações/reembolsos	-	-	-	(1,095,117,764)	-	(1,095,117,764)	
Imparidades	-	-	-	-	-	-	
	296,683,736		296,683,736	-		-	

O Banco possui em carteira bilhetes de tesouro, com taxas remuneratórias de 11,64% com vencimento a 6 de Janeiro de 2021, 8,00% com vencimento a 24 de Fevereiro de 2021, 7,70% com vencimento a 3 de Março 2021 e 7,73% com vencimento a 3 de Março de 2021.

14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento intergral

	2020			2019		
	Valor de acquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de acquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Acções e outros títulos de rendimento variável						
Sociedadede Interbancária Moçambicana (SIMO)						
Saldo inicial	31,005,002	-	31,005,002	13,143,205	-	13,143,205
Aquisições	-	-	-	17,861,796	-	17,861,796
Imparidades	<u> </u>	-			-	
	31,005,002	-	31,005,002	31,005,002	-	31,005,002

O Banco regista nesta rubrica as acções da SIMO e classifica no nível 3, outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor e é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

15. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2020	2019
Empréstimo a clientes	5,676,614,184	4,632,587,584
Juros a receber	50,785,897	43,224,629
	5,727,400,080	4,675,812,214
Imparidade acumulada estágio 1	(125,668,408)	(85,866,268)
Imparidade acumulada estágio 2	(115,205,058)	(99,940,753)
Imparidade acumulada estágio 3	(347,155,721)	(308,707,508)
	5,139,370,894	4,181,297,684

As tabelas abaixo mostram a qualidade do risco de crédito baseada na classificação interna do Banco, os valores apresentados são brutos de imparidade.

	2020				
Qualidade de risco de crédito	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total	
Vincendo	3,689,209,368	856,613,374	5,907,887	4,551,730,629	
"High grade"			-	-	
"Standard grade"	-	-	-	-	
"Sub-standard grade"	3,689,209,368	856,613,374	5,907,887	4,551,730,629	
Vencido mas sem imparidade		-	-		
Vencido			1,175,669,451	1,175,669,451	
Imparidade individual		-	1,175,669,451	1,175,669,451	
Total	3,689,209,368	856,613,374	1,181,577,337	5,727,400,080	

	2019					
Qualidade de risco de crédito	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total		
Vincendo	2,761,341,178	749,913,476	4,074,259	3,515,328,913		
"High grade"	-	-	-	-		
"Standard grade"	-	-	-	-		
"Sub-standard grade"	2,761,341,178	749,913,476	4,074,259	3,515,328,913		
Vencido mas sem imparidade	-	-	-	-		
Vencido			1,160,483,301	1,160,483,301		
Imparidade individual			1,160,483,301	1,160,483,301		
Total	2,761,341,178	749,913,476	1,164,557,560	4,675,812,214		

A imparidade acumulada para crédito a clientes é como segue:

		202	0	
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2020	85,866,268	99,940,753	308,707,508	494,514,529
Imparidade de novos activos originados ou comprados	92,050,049	43,097,573	200,375,660	335,523,282
Imparidade ctivos desreconhecidos ou reembolsados (excluíndo abates)	(52,247,416)	(19,977,339)	(169,783,871)	(242,008,626)
Transferência para estágio 1	(493)	343	150	-
Transferência para estágio 2	-	(7,856,273)	7,856,273	-
Transferência para estágio 3	-	-	-	-
Saldo a 31 Dezembro 2020	125,668,408	115,205,058	347,155,721	588,029,186

		20	19	
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2019	86,354,689	42,682,225	524,118,963	653,155,878
Imparidade de novos activos originados ou comprados	93,607,989	59,823,598	102,491,524	255,923,112
Imparidade ctivos desreconhecidos ou reembolsados (excluíndo abates)	(92,525,001)	(5,485,222)	(89,257,597)	(187,267,819)
Transferência para estágio 1	-	-	-	-
Transferência para estágio 2	(784,999)	2,920,151.265	(2,135,152)	-
Transferência para estágio 3	(786,411)	-	786,411	-
Abates	-	-	(227,296,641)	(227,296,641)
Saldo a 31 Dezembro 2019	85,866,268	99,940,753	308,707,508	494,514,529

A tabela abaixo demonstra o movimento nos resultados das imparidades e respectivas reversões e deve ser lida com parte da nota 23 Provisões (Provisões para garantias e compromissos).

	2020	2019
Saldo de abertura	494,514,529	653,155,878
Perdas por imparidade de crédito	259,169,844	130,809,704
Reversão de perdas por imparidade de crédito	(165,655,188)	(62,154,411)
Abates	-	(227,296,641)
Saldo final	588,029,186	494,514,529

16. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

		2019
Acréscimos	30,392,810	24,260,500
Outros valores a receber	3,144,794	3,455,873
Contas de compensação	6,543,645	4,209,075
	40,081,248	31,925,448

Outros valores a receber referem-se essencialmente a devedores 2.102.130,68 Meticais (2019: 3.381.153,38 Meticais)

17. Propriedade de investimentos

As propriedades de investimentos podem ser analisadas como segue:

· -	2020	2019
Saldo a 1 de Janeiro	252,084,500	249,324,800
Ganhos líquidos da mensuração do justo valor (Nota 8)	(1,348,200)	2,759,700
Saldo a 31 de Dezembro	250,736,300	252,084,500

As propriedades de investimento do Banco consistem em duas propriedades em Maputo. O Conselhdo de Administração determinou que as propriedades de investimento consistem em duas classes de activos - Comercial e de escritório e Casa, com base na natureza, características e riscos de cada propriedade.

Em 31 de Dezembro de 2020, o justo valor dos imóveis foi baseado em avaliações realizadas pela Moz Valuers, um avaliador independente credenciado. A Moz valuers é especialista em valorizar esses tipos de propriedades de investimento. O modelo de avaliação está de acordo com o recomendado pelo International Valuation Standards Committee.

Descrição das técnicas de avaliação utilizadas e principais métodos para avaliação das propriedades de investimento:

	Técnica de avaliação	Prosperção do mercado	Valor médio estimado	
			2020	2019
Propriedade 1	Critério de custos e critério de comparação de mercado	Custo estimado por metro quadrado	MZN150.000-MZN200.000	MZN150.000-MZN200.000
Propriedade 2	Critério de custos e critério de comparação de mercado	Custo estimado por metro quadrado	MZN150.000-MZN200.000	MZN150.000-MZN200.000



18. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

		Obras em				Direito de uso do activo	Total
_	Edifícios	edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Edifícios	Total
Custo:							
1 de Janeiro de 2019	804,533,417	6,064,607	196,948,241	25,873,009	15,523,259	-	1,048,942,533
Efeito da adopçãoda NIRF 16 a 1 Jan-19	-	-	-	-	-	41,878,154	41,878,154
Adições	4,036,018	347,406	4,139,232	2,750,000	12,261,470	17,228,311	40,762,436
Abates	-	-	(436,940)	-	(570,056)	-	(1,006,995)
Transferências	6,085,670	96,807	4,157,169	-	(10,339,646)	<u> </u>	
31 de Dezembro de 2019	814,655,104	6,508,820	204,807,703	28,623,009	16,875,028	59,106,465	1,130,576,128
Adições	-	13,051,640	19,154,317	31,466,750	13,649,240	-	77,321,947
Abates	-	-	(369,687)	(11,443,400)	(2,715,103)	-	(14,528,190)
Transferências	-	4,554,091	9,324,566	-	(13,878,657)	-	
31 de Dezembro de 2020	814,655,104	24,114,551	232,916,898	48,646,359	13,930,508	59,106,465	1,193,369,885
	Edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Edifícios	Total
Depreciações e imparidades acumuladas							
1 de Janeiro de 2019	26,371,134	151,615	80,243,872	13,939,938	-	-	120,706,559
Depreciação do exercício	16,000,237	637,700	35,962,082	6,697,419	-	6,031,973	65,329,411
Abates	-	-	(127,441)	-	-	-	(127,441)
31 de Dezembro de 2019	42,371,371	789,315	116,078,513	20,637,357		6,031,973	185,908,529
Depreciação do exercício	16,084,584	1,608,769	27,104,737	9,181,657	-	7,071,607	61,051,353
Abates	-	-	(83,499)	(11,008,140)	-	-	(11,091,638)
31 de Dezembro de 2020	58,455,955	2,398,084	143,099,751	18,810,874		13,103,580	235,868,244
Valor liquido contabilístico							
31 de Dezembro de 2019	772,283,733	5,719,505	88,729,190	7,985,652	16,875,028	53,074,492	944,667,600
-	756,199,149	21,716,467	89,817,147				957,501,641

O Banco realizou trabalhos de melhoria nos imóveis arrendados e recentemente está a realizar trabalhos de melhoria no balcão que foi aberto na Cidade da Baira.

As adições em Equipamentos referem-se a aquisições de equipamentos para o novo Balcão, a saber: móveis, PDVs, computadores e outros equipamentos de informática.

Os investimentos em curso referem-se a equipamentos em processo de aquisição, para a agência a ser aberta em 2021.

19. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software	Software em curso	Total
Custo:			
1 de Janeiro de 2019	255,457,648	24,341,051	279,798,699
Adições	14,788,900	3,379,652	18,168,552
Transferências	21,590,070	(21,590,070)	
31 de Dezembro de 2019	291,836,618	6,130,633	297,967,252
Adições	2,149,841	7,578,153	9,727,994
Transferências	4,450,975	(4,450,975)	
31 de Dezembro de 2020	298,437,433	9,257,811	307,695,247
	Software	Software em curso	Total
Amortizações e imparidades acumuladas 1 de Janeiro de 2019	225,141,635	-	225,141,635
Amortização do exercício	30,125,346	-	30,125,346
31 de Dezembro de 2019	255,266,981		255,266,981
Amortização do exercício	24,132,096	-	24,132,096
31 de Dezembro de 2020	279,399,077	-	279,399,077
Valor líquido contabilístico			
31 de Dezembro de 2019	36,569,637	6,130,633	42,700,271
31 de Dezembro de 2020	19,038,356	9,257,811	28,296,170

O aumento refere-se aos custos de actualização da licença do Software do Banco e novos desenvolvimentos para criação de novos produtos que espera-se que benefícios futuros fluam.

20. Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2020	2019
Pagamentos por conta IRPC	21,417,154	21,417,154
Pagamento especial por conta	410,000	310,000
	21,827,154	21,727,154

21. Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2020	2019
Descobertos em depósito á ordem	-	124,665,428
Depósitos a prazo	549,140,331	83,053,784
	549,140,331	207,719,212

O montante de (2019: 124.665.248,00 Meticais) refere-se a um descoberto temporário no MCB Mauritius Bank.

Os depósitos a prazo representam empréstimos em moeda estrangeira, designadamente em ZAR e EUR, de curto prazo com o MCB Mauricias no montante de 235.060.000 Meticais, a taxa de 13%, com o prazo de vencimento a 5 de Janeiro de 2021 e com um banco local no montante de 276.120.000,00 a taxa de 0,25%, com vencimento a 5 de Janeiro de 2021.

22. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

Depósitos á ordem	8,801,302,816	4,153,549,195
Depósitos a prazo	3,446,546,367	2,895,510,548
	12,247,849,183	7,049,059,743

Os depósitos à ordem incluem essencialmente contas correntes de clientes a taxas de juro marginais. Os depósitos a prazo apresentam taxas de juros entre 4,5% e 10,25% para moeda nacional e 0,1% e 3,2% para moeda estrangeira com a maturidade até 12 meses.

23. Provisões

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2020	2019
Provisões para garantias e compromissos	7,574,875	6,138,580
Outras provisões	4,501,233	3,530,517
	12,076,108	9,669,097

A análise de movimentos apresenta-se como segue:

	Garantias, Creditos documentários e compromissos	Risco operacional	Litigio	Outros	Total
1 de Janeiro 2019	11,492,245		-	12,755,994	24,248,239
Reversão das provisões	(5,353,665)	-	-	(9,844,308)	(15,197,973)
Ajustamentos de provisões	-		-	618,831	618,831
31 de Dezembro de 2019	6,138,580		-	3,530,517	9,669,097
Perdas esperadas para Garantias e créditos documentários	8,647,627	-	-	-	8,647,627
Utilização das imparidades/provisões	-	-	-	(358,020)	(358,020)
Provisão do ano		-	1,328,735	-	1,328,735
Reversão das imparidades ou provisões	(7,211,331)	-	-		(7,211,331)
31 de Dezembro de 2020	7,574,875	-	1,328,735	3,172,497	12,076,108

<u>Garantias</u>, <u>créditos documentários e compromissos</u>

O Banco possui compromissos irrevogáveis e passívos contingentes como parte do negócio normal do Banco com vista a atender as necessidades financeiras dos clientes. Estes normalmente são constituidos por garantias financeiras, cartas de crédito e compromissos de empréstimos. Estas operações não são reconhecidas na posição financeira do Banco, mas contém risco de crédito, por isso fazem parte dos riscos gerais do Banco.

<u>Litígio</u>

O Banco tem alguns processos em litígio, relacionados com processos bancários que o Banco espera ter os processos concluídos em 2021.

<u>Outros</u>

Inclui provisões para riscos gerais bancários relacionados com transacções em disputa que o Banco espera que os processos sejam encerrados no próximo ano.



24. Outros passívos

	2020	2019	
Contas a pagar			
MCB Mauritius	15,077,573	18,668,129	
Plano de Saúde	4,479,120	1,880,304	
Acréscimos de gastos	40,539,706	34,798,286	
Contas a regularizar	3,461,761	5,680,127	
Impostos	21,622,704	18,078,958	
Depositos caução	38,673,276	40,738,091	
Outros	11,443,561	31,280,043	
Passívo de locação	46,810,630	50,239,204	
	182,108,330	201,363,142	

A rubrica contas a pagar compreende passivos de curto prazo e sem juros.

Os acréscimos de gastos incluem bónus a pagar no valor de 14.300.000,00 Meticais (2019: 17.800.000,00 Meticais), custos referentes a serviços especializados a pagar ao SG Paris 10.005.000,00 Meticais e em 2019 o Banco não tinha nada registado a pagar. As contas a regularizar incluem contas de ordens de pagamento emitidas e compensação de cartões.

A rubrica de outros está influenciada por credores de fornecimento de bens e serviços 35.807,50 Meticais (2019: 17.813.252,52 Meticais).

25. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2020	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% do capital social
Accionistas				
Societe Generale	17,206,799	100	1,720,679,900	65.000%
MCB, Ltd	9,265,200	100	926,520,000	35.000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0.000%
	26,472,000	•	2,647,200,000	100.00%
		:		
2019	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% do capital social
Accionistas				
Societe Generale	15,581,799	100	1,558,179,900	65.000%
MCB, Ltd	8,390,200	100	839,020,000	35.000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0.000%
	23,972,000		2,397,200,000	100.00%
		2020		2019
Prémio de emissão		13,79	0,314	13,790,314
		13,79	0,314	13,790,314

O capital social do Societe Generale Moçambique, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2020.

26. Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

	2020	2019
Reserva Legal	103,041,493	102,930,703
	103,041,493	102,930,703

Nos termos da legislação de Moçambique, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital.

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2020	2019
Depreciações e amortizações (nota 18,19)	(85,183,448)	(95,454,757)
Imparidade de crédtio (nota 15)	(94,950,952)	(63,301,628)
Reavaliação de propriedades de investimento (nota 17)	(1,348,200)	2,759,700
Outras reversões	4,529,794	26,701,969
	(176,952,807)	(129,294,715)

28. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros apresenta-se como segue:

	2020	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Total
	Activos Financeiros				
	Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	3,589,286,893	3,589,286,893
ı	Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	2,584,105,731	2,584,105,731
 -	Aplicações em instituições de crédito	-	-	1,950,547,669	1,950,547,669
	Bilhetes de tesouro	296,683,736	-	-	296,683,736
	Participação no capital da SIMO	-	31,005,002	-	31,005,002
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5,139,370,894	5,139,370,894
l	Outros activos	-	-	3,144,794	3,144,794
İ	Total de activo	296,683,736	31,005,002	13, 266, 455, 981	13,594,144,719
	•			Passívos financeiros ao custo amortizado	Total
	Passivos financeiros				
l	Recursos de instituições de crédito			549,140,331	549,140,331
 -	Depósitos de clientes			12,247,849,183	12,247,849,183
	Outras provisões			12,076,108	12,076,108
	Outros passivos			91,296,234	91,296,234
	Total de passivo			12,900,361,855	12,900,361,855
	2019	Instrumentos de dívida ao custo	Activos financeiros ao justo valor através do	Empréstimos e contas a receber ao	Total
	Activos Financeiros Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	1,265,241,989	1,265,241,989
ı	Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1,073,091,010	1,073,091,010
 	Aplicações em instituições de crédito	-	-	1,240,429,453	1,240,429,453
١	Bilhetes de tesouro	-	-	-	-
	Participação no capital da SIMO	-	31,005,002	-	31,005,002
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	4,181,297,684	4,181,297,684
	Outros activos	-	-	3,455,873	3,455,873
	Total de activo	-	31,005,002	7,763,516,010	7,794,521,012
	-			Passívos financeiros ao custo amortizado	Total
ı	Passivos financeiros				
I I	Recursos de instituições de crédito			207,719,212	207,719,212
	Depósitos de clientes			7,049,059,743	7,049,059,743
	Outras provisões			3,530,517	3,530,517

29. Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos idênticos.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis de hierarquia reavaliando a classificação final no fim de cada reporte e para as propriedades de investimento o Banco utiliza avaliadores independentes.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2020	Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	250,736,300	250,736,300
Participação no capital da SIMO	-		31,005,002	31,005,002
	-	-	250,736,300	281,741,302
2019	Nivel 1	Nivel 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)			252,084,500	252,084,500
Participação no capital da SIMO		-	31,005,002	31,005,002
			252,084,500	283,089,502

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Emprestimo e adiantamento a clientes	-	5,036,583,476		5,036,583,476
-		5,036,583,476		5,036,583,476
2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
2019 Activos mensurados ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
_	Nível 1	Nível 2 4,097,671,731	Nível 3	Total 4,097,671,731

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2020		2019	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,139,370,894	5,036,583,476	4,181,297,684	4,097,671,731
	5,139,370,894	5,036,583,476	4,181,297,684	4,097,671,731

A gestão avaliou todos os instrumentos financeiros e determinou que, para além de empréstimos e adiantamentos a clientes os valores aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é aquele pelo qual o instrumento financeiro pode ser transaccionado entre duas partes dispostas, sem que seja uma venda forçada ou liquidação.

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para determinar a estimativa de justo valor:

- O justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da abordagem do custo de reposição, baseado no método de custo e método de comparação de mercado. O justo valor foi determinado no final de 2020. (Nota 17)
- Empréstimos e adiantamento a clientes são descontados através da utilização da taxa dos bilhetes de tesouro de 7.73%

30. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Recursos de instituições de crédito	Outros passívos	Remuneração dos orgãos de gestão	Custos administrativos
	2020	2,550,948,154	-	10,005,000	-	49,387,789
Societe Generale	2019	130,935,428	89,138,803	11,544,000	-	12,402,239.24
MODILL	2020	9,075,831	235,060,000	5,496,006	-	3,072,355
MCB, Ltd	2019	-	32,165,888	769,195	-	52,560,833
0 ~ 1	2020	-	-	-	78,810,000	-
Orgãos de gestão	2019	-	-	-	73,654,206	-

Os Outros passivos referem-se a facturas emitidas pelos accionistas.

31. Contingências e compromissos

<u>Contingências</u>

2020	2019
5,272,086,015	3,341,628,287
2,272,953,083	1,692,874,859
288,305,473	212,399,489
7,833,344,571	5,246,902,635
	5,272,086,015 2,272,953,083 288,305,473

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode estar exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2020 e 2019, relativamente ao risco de crédito no balanço e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	2020	2019
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3,589,286,893	1,265,241,989
Disponibilidades em instituições de crédito	2,584,105,731	1,073,091,010
Aplicações em instituições de crédito	1,950,547,669	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	296,683,736	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,139,370,894	4,181,297,684
Outros activos	3,144,794	3,455,873
Total do activo na demonstração da posição financeira	13,563,139,716	7,763,516,010
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias bancárias emitidas	5,272,086,015	3,341,628,287
Créditos documentários	2,272,953,083	1,692,874,859
-	7,545,039,099	5,034,503,146
Total da exposição ao risco de crédito	21,108,178,815	12,798,019,156

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Activos financeiros que não estão nem vencidos nem em imparidade

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimentos muito baixa:

	2020	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito			Valor líquido das garantias	Exposição líquida		
		Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros		
	Disponibilidades em instituições de crédito	2,584,105,731	-	-	-	-	-	2,584,105,731
	Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,950,547,669	-	-	-	-	-	1,950,547,669
	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	296,683,736	-	-	-	-	-	296,683,736
	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	31,005,002		-	-		-	31,005,002
ı	Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,139,370,894	424,813,302	7,241,516	1,486,176,041	3,069,039,822	4,987,270,681	152,100,213
	Administração Central	-	-	-	-	-	-	
	Empresas Públicas	885,385,599	408,971,049	-	-	476,414,550	885,385,599	-
I	Empresas Privadas	4,102,987,908	14,445,202	7,241,516	1,387,418,336	2,547,055,515	3,956,160,568	146,827,340
	Organizações Colectivas	20,850,822	-	-	20,850,822	-	20,850,822	
	Particulares	130,146,565	1,397,051	-	77,906,883	45,569,757	124,873,692	5,272,873
	Outros activos	3,144,794	-	-	-	-	-	3,144,794
		10,004,857,826	424,813,302	7,241,516	1,486,176,041	3,069,039,822	4,987,270,681	5,017,587,145
1								



2019	Justo valor da	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito				Exposição líquida	
	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	1,073,091,010	-	-			-	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,240,429,453						1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	0			-	-		
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento intergral	31,005,002	-	-	-	-	-	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4,181,297,684	411,802,122	5,842,934	1,457,762,014	2,213,581,851	4,088,988,920	92,308,764
Administração Central	-	-	-	-	-	-	
Empresas Públicas	646,705,860	407,405,101		49,524,056	122,376,138	579,305,295	67,400,565
Empresas Privadas	2,872,420,375	4,397,021	5,842,934	1,308,527,010	1,530,349,524	2,849,116,489	23,303,886
Organizações Colectivas	536,527,394			14,063,497	522,339,682	536,403,179	124,215
Particulares	125,644,056			85,647,450	38,516,507	124,163,958	1,480,099
Outros activos	3,455,873	-	-	-	-	-	3,455,873
	6,529,279,023	411,802,122	5,842,934	1,457,762,014	2,213,581,851	4,088,988,920	2,440,290,102

Activos financeiros renegociados

No caso de um cliente tornar-se inadimplente (non-performing) estágio 3, e temporariamente não puder pagar as moras, o cliente pode se qualificar para um período de remediação dando ao cliente a oportunidade de corrigir a situação. Quando o período de remediação expira a situação do cliente é reavaliada dando lugar a liquidação do activo financeiro ou renegociação dos termos do contrato.

Activos financeiros renegociados compreendem empréstimos no estágio 3 que foram renegociados e permanecem pelo menos por 12 meses nesta lista e contém também empréstimos que estão no estágio 2 movidos do estágio 3 e permanecem pelo menos por 6 meses no estágio 2 e não podem ter prestações em atraso.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimadas.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Quando há um aumento significativo no risco de crédito de um grupo ou subgrupo;
- Quando empréstimos amortizáveis estão 90 dias em atraso;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Quando se torna provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;
- Quando existem eventos de incumprimento em outras instituições; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar do decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - III. Depreciação do valor do colateral; e
 - IV. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

<u>Abates</u>

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocor-

ridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate ocorre quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. A oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realistica de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2020	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao Justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	3,589,286,893	-		296,683,736				3,885,970,629
Financeiro		2,584,105,731	1,950,547,669		31,005,002	362,466,643	-	4,928,125,045
Comércio	-	-	-	-	-	1,392,777,096	-	1,392,777,096
Indústria Transformadora		-	-		-	130,604,488	-	130,604,488
Serviços		-	-		-	603,115,787	-	603,115,787
Transportes e comunicações		-	-		-	349,436,338		349,436,338
Agricultura e pesca	-	-		-	-	1,315,582,175		1,315,582,175
Outros	-	-	-	-	-	985,388,367	3,144,794	988,533,161
	3,589,286,893	2,584,105,731	1,950,547,669	296,683,736	31,005,002	5,139,370,894	3,144,794	13,594,144,719
		Normal Palatana	A !! ~					
2019	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao Justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
2019 Governo		instituições de	instituições de	dívida ao custo	Justo valor através do	adiantamentos a	Outros activos	Total 1,332,642,554
	Central	instituições de	instituições de	dívida ao custo	Justo valor através do	adiantamentos a clientes	Outros activos -	
Governo	Central	instituições de crédito	instituições de crédito	dívida ao custo	Justo valor através do rendimento integral	adiantamentos a clientes		1,332,642,554
Governo Financeiro	Central	instituições de crédito	instituições de crédito	dívida ao custo	Justo valor através do rendimento integral	adiantamentos a clientes 67,400,565	- -	1,332,642,554 2,344,525,465
Governo Financeiro Comércio	Central	instituições de crédito	instituições de crédito	dívida ao custo	Justo valor através do rendimento integral	adiantamentos a clientes 67,400,565 - 1,117,763,386	- -	1,332,642,554 2,344,525,465 1,117,763,386
Governo Financeiro Comércio Indústria Transformadora	Central	instituições de crédito	instituições de crédito	dívida ao custo	Justo valor através do rendimento integral	adiantamentos a clientes 67,400,565 1,117,763,386 139,074,080	- -	1,332,642,554 2,344,525,465 1,117,763,386 139,074,080
Governo Financeiro Comércio Indústria Transformadora Serviços	Central	instituições de crédito	instituições de crédito	dívida ao custo	Justo valor através do rendimento integral	adiantamentos a clientes 67,400,565 - 1,117,763,386 139,074,080 12,974,761	- -	1,332,642,554 2,344,525,465 1,117,763,386 139,074,080 12,974,761
Governo Financeiro Comércio Indústria Transformadora Serviços Transportes e comunicações	Central	instituições de crédito	instituições de crédito	dívida ao custo	Justo valor através do rendimento integral	adiantamentos a clientes 67,400,565 - 1,117,763,386 139,074,080 12,974,761 299,077,855		1,332,642,554 2,344,525,465 1,117,763,386 139,074,080 12,974,761 299,077,855

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez, assim como diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém linhas de crédito com a casa mãe, que pode recorrer sempre que precisar. Adicionalmente o Banco possui reservas obrigatórias correspondentes a 11,5% para moeda nacional e 34.5% para moeda estrangeira do saldo médio dos depósitos de clientes e do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

<u>Maturidades contratuais não descontadas de activos e passívos</u>

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2020	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3,589,286,893	-	-	-	-	3,589,286,893
Disponibilidades em instituições de crédito	2,584,105,731	-	-	-	-	2,584,105,731
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	1,950,547,669	-	-	-	1,950,547,669
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	296,683,736	-	-	-	296,683,736
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	996,051,194	1,584,560,032	2,248,550,271	310,209,398	5,139,370,894
Outros activos	3,144,794	-	-	-	-	3,144,794
Total de activos	6,176,537,418	3,243,282,599	1,584,560,032	2,248,550,271	341,214,399	13,594,144,719
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	549,140,331	-	-	-	549,140,331
Recursos de clientes	8,801,302,816	2,627,589,280	112,472,725	706,484,362	-	12,247,849,183
Passivo de locação	-	1,397,095	4,496,515	15,428,813	25,488,206	46,810,630
Outros passivos	135,297,700		-	-	-	135,297,700
Total de passivos	8,936,600,516	3,178,126,707	116,969,240	721,913,175	25,488,206	12,979,097,844
Gap de liquidez	(2,760,063,098)	65,155,892	1,467,590,792	1,526,637,096	315,726,193	615,046,875
2019	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	1,265,241,989	-	-	-	-	1,265,241,989
Disponibilidades em instituições de crédito	1,073,091,010	-	-	-	-	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	1,240,429,453	-	-	-	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1,235,556,564	657,428,110	1,977,926,024	310,386,987	4,181,297,684
Outros activos	3,455,873	-	-	-	-	3,455,873
Total de activos	2,341,788,872	2,475,986,017	657,428,110	1,977,926,024	341,391,989	7,794,521,012
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	207,719,212	-	-	-	207,719,212
Recursos de clientes	4,153,549,195	2,538,005,054	112,648,410	244,857,085	-	7,049,059,742
Passivo de locação	-	1,037,626	3,931,659	21,322,423	23,947,497	50,239,204
Outros passivos	151,123,938		-	-	-	151,123,938
Total de passivos	4,304,673,133	2,746,761,891	116,580,069	266,179,508	23,947,497	7,458,142,097
Gap de liquidez	(1,962,884,261)	(270,775,874)	540,848,041	1,711,746,515	317,444,493	336,378,914

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

2020	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	3,589,286,893	3,589,286,893
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	2,584,105,731	2,584,105,731
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,950,547,669	-	-	-	1,950,547,669
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	296,683,736	-	-	-	296,683,736
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-		-	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	996,051,194	1,584,560,032	2,558,759,669	-	5,139,370,894
Outros activos	-	-	-	3,144,794	3,144,794
Total de activos	3,243,282,599	1,584,560,032	2,558,759,669	6,207,542,419	13,594,144,719
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	549,140,331	-	-	-	549,140,331
Recursos de clientes	2,627,589,280	112,472,725	706,484,362	8,801,302,816	12,247,849,183
Passivo de locação	1,397,095	4,496,515	40,917,020		46,810,630
Outros passivos	-	-	-	135,297,700	135,297,700
Total de passivos	3,178,126,707	116,969,240	747,401,382	8,936,600,516	12,979,097,844
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	65,155,892	1,467,590,792	1,811,358,287	(2,729,058,096)	615,046,876

2019	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	1,265,241,989	1,265,241,989
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	1,073,091,010	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,240,429,453	-	-	-	1,240,429,453
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-		-	31,005,002	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1,235,556,564	657,428,110	2,288,313,011	-	4,181,297,684
Outros activos	-	-	-	3,455,873	3,455,873
	2,475,986,017	657,428,110	2,288,313,011	2,372,793,874	7,794,521,012
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	207,719,212	-	-	-	207,719,212
Recursos de clientes	2,538,005,054	112,648,410	244,857,085	4,153,549,195	7,049,059,743
Passivo de locação	1,037,626	3,931,659	45,269,920	-	50,239,204
Outros passivos	-	-	-	151,123,938	151,123,938
Total de passivos	2,746,761,891	116,580,069	290,127,005	4,304,673,133	7,458,142,098
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(270,775,874)	540,848,041	1,998,186,006	(1,931,879,259)	336,378,915

A sensibilidade na demonstração dos resultados é o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a MIMO, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

_	Aumento/diminuição p.p.	Impacto nos resultados antes de impostos
2020	+75 pb -75 pb	25,080,787 (25,080,787)
2019	+75 pb -75 pb	23,651,017 (23,651,017)

O impacto nos capitais próprios é o mesmo nos resultados antes de impostos.

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

2020	MZN	USD	ZAR	EUR	Other	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	753,479,182	2,747,430,334	5,959,882	82,417,494	-	3,589,286,893
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11,128,963	2,294,600,415	18,839,777	242,218,657	17,317,918	2,584,105,731
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,950,547,669	-	-	-	-	1,950,547,669
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	296,683,736	-	-	-	-	296,683,736
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31,005,002	-	-	-	-	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,687,421,936	959,776,144	249,083,349	243,089,465	-	5,139,370,894
Outros activos	3,144,794	-	-	-	-	3,144,794
_	6,733,411,283	6,001,806,893	273,883,008	567,725,617	17,317,918	13,594,144,719
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	37,790,974	-	235,227,440	276,121,917	-	549,140,331
Disponibilidades de clientes	5,925,139,082	5,952,982,873	43,357,288	323,079,357	3,290,581	12,247,849,183
Passivo de locação	46,810,630					46,810,630
Outros passivos	135,021,489	276,211	-	-	-	135,297,700
_	6,144,762,175	5,953,259,085	278,584,728	599,201,275	3,290,581	12,979,097,844
Exposição liquida	588,649,108	48,547,808	(4,701,720)	(31,475,658)	14,027,337	615,046,875
_						
2019	MZN	USD	ZAR	EUR	Other	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	492,786,364	761,703,357	5,263,414	5,482,801	6,054	1,265,241,989
Disponibilidades sobre instituições de crédito	19,814	1,026,521,442	12,617,671	9,281,455	24,650,629	1,073,091,010
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1,240,429,453	-	-	-	-	1,240,429,453
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	31,005,002	_				
		_	-	-	-	31,005,002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,360,655,958	476,180,376	144,492,431	199,968,920	-	31,005,002 4,181,297,684
Empréstimos e adiantamentos a clientes Outros activos	3,360,655,958 3,455,873	476,180,376	- 144,492,431 -	199,968,920 -	-	
·		476,180,376 - 2,264,405,175	144,492,431 - 162,373,515	199,968,920 - 214,733,175	24,656,683	4,181,297,684
Outros activos	3,455,873	-	-	-	24,656,683	4,181,297,684 3,455,873
Outros activos — — — — — — — — — — — — — — — — — — —	3,455,873	-	162,373,515	214,733,175		4,181,297,684 3,455,873 7,794,521,012
Outros activos Passivos financeiros Recursos de instituições de crédito	3,455,873 5,128,352,464	2,264,405,175	162,373,515 109,640,622	214,733,175 88,658,082	- 24,656,683 9,420,508	4,181,297,684 3,455,873 7,794,521,012 207,719,212
Outros activos Passivos financeiros Recursos de instituições de crédito Disponibilidades de clientes	3,455,873 5,128,352,464 - 4,434,546,217	-	162,373,515	214,733,175		4,181,297,684 3,455,873 7,794,521,012 207,719,212 7,049,059,743
Outros activos Passivos financeiros Recursos de instituições de crédito Disponibilidades de clientes Passivo de locação	3,455,873 5,128,352,464 4,434,546,217 50,239,204	2,264,405,175 2,432,337,445	162,373,515 109,640,622	214,733,175 88,658,082	9,420,508 - -	4,181,297,684 3,455,873 7,794,521,012 207,719,212 7,049,059,743 50,239,204
Outros activos Passivos financeiros Recursos de instituições de crédito Disponibilidades de clientes	3,455,873 5,128,352,464 4,434,546,217 50,239,204 148,121,001	2,264,405,175 2,432,337,445 - 3,002,938	162,373,515 109,640,622 48,211,934	214,733,175 88,658,082 133,964,146	9,420,508 - - -	4,181,297,684 3,455,873 7,794,521,012 207,719,212 7,049,059,743 50,239,204 151,123,938
Outros activos Passivos financeiros Recursos de instituições de crédito Disponibilidades de clientes Passivo de locação	3,455,873 5,128,352,464 4,434,546,217 50,239,204	2,264,405,175 2,432,337,445	162,373,515 109,640,622	214,733,175 88,658,082	9,420,508 - -	4,181,297,684 3,455,873 7,794,521,012 207,719,212 7,049,059,743 50,239,204

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD, EUR e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	Alterações na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos
	22%	10,606,752
2020	-22%	(10,606,752)
2012	0%	6,717,291
2019	0%	(6,717,291)
	Alterações na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos
2020	34%	(10,577,173)
2020	-34%	10,577,173
2019	-2% 2%	152,728 (152,728)
	Alterações na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos
	17%	(796,172)
2020	-17%	796,172
	2%	95,067
2019	-2%	(95,067)

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O SGM opera num modelo centralizado de gestão de capital. Os objectivos de gestão de capital conforme detalhado na estrutura de gestão de capital, são para cumprir com os rácios de capital exigidos pelo Banco de Moçambique e pelos objectivos traçados pelo Conselho de Administração para gerar capital suficiente para suportar o crescimento dos activos.

O capital é gerido de acordo com a estrutura de gestão de capital através do Comitê de Gestão de Activos e Passivos, são feitos relatórios periódicos sobre as posições de capital. Os riscos do capital são apresentados ao Comitê de Risco e ao Conselho de Administração. O Comitê de Gestão de Activos e Passivos tem encontros mensais onde revê, aprova e faz recomendações relactivas ao risco de capital. Este inclui o apetite ao risco, politicas, limites e utilizações.

De acordo com as directrizes do Banco de Moçambique no processo de auto- avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), o grupo possui um processo de planeamento e gestão de capital. Todos os anos o SGM prepara e submete o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno ao Banco de Moçambique. O ICAAP é preparado pelos departamentos de Risco e Financeiro e é revisto pela gestão do Banco.

O ICAAP é um processo contínuo e é revisto e actualizado sempre que houver mudanças significativas no plano estratégico do Banco.

O objectivo do ICAAP é de garantir que o Banco seja adequadamente capitalizado e que quando houver probabilidade de escassez de capital, a gestão do Banco procura garantir que as diferenças sejam resolvidas. O SGM promove o uso eficiente do capital alinhando as estratégias de negócio, apetite ao risco e retornos esperados com os requisitos de capital.

A tabela abaixo mostra de forma resumida o rácio de adequação de capital segundo o Banco de Moçambique a 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	2,647,200,000	2,397,200,000
Reservas elegiveis e resultados transitados	(780,841,082)	(781,579,683)
Activos intangíveis	(28,296,170)	(42,700,273)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM	(54,161,511)	(37,722,117)
Fundos próprios (Tier I)	1,783,901,238	1,535,197,926
Fundos próprios complementares (Core Tier II)		
Outros	1,640,479	1,016,151
Fundos próprios complementares (Core Tier II)	1,640,479	1,016,151
Outros elementos a deduzir	(61,406,514)	(78,816,620)
Fundos próprios de base e complementares (Tier I e II)	1,724,135,203	1,457,397,457
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	10,088,300,480	6,751,486,083
Fora da posição financeira	3,029,563,056	1,334,495,078
Risco operacional e de mercado	147,868,950	128,207,471
Total dos activos ponderados	13,265,732,486	8,214,188,632
Rácios prudenciais	,	
Core Tier I	14.07%	19.67%
Tier I Capital	13.45%	18.69%
Rácio de solvabilidade	13.00%	17.74%
Rácio de solvabilidade requerido	12.00%	11.00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

33. Princípio de continuidade

A gestão do Banco fez uma avaliação da capacidade de continuar a operar e está satisfeita por ter recursos para continuar os negócios no futuro. Além disso a gestão não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes que possam colocar em dúvida a capacidade do Banco de continuar a operar. Portanto as demonstrações financeiras, continuam a ser preparadas de acordo com o princípio de continuidade.

34. Acontecimentos após a data do balanço

Após o período de relato, e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não houve eventos favoráveis ou desfavoráveis para a SGM, que afectam as demonstrações financeiras ou requeiram divulgação adicional.

O Director Financeiro

O Conselho de Administração







Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 MODELO III

(milhares de meticais)

ACTIVO	2020			2019	PASSIVO	2020	2019
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, impariadade e Amortizações	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3,589,287	-	3,589,287	1,265,242	Recursos de Bancos Centrais	-	-
Disponibilidades em outras institu- ições de crédito	2,590,649		2,590,649	1,077,300	Passivos Financeiros detidos para negociação		
Activos financeiros detidos para ne- gociação			-	-	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Outros activos finaceiros ao justo valor através de resulatados	-		-	-	Recursos de outras instituicoes de créditos	557,287	214,528
Activos financeiros disponiveis para venda.	31,005	-	31,005	31,005	Recursos de clientes e outros em- préstimos	12,263,792	7,051,230
Aplicacoes em instituições de crédito	1,950,548		1,950,548	1,240,429	Responsabilidades representadas por titulos	-	-
Créditos a clientes	5,727,404	588,027	5,139,377.15	4,181,299.70	Derivados de cobertura	-	-
Investimentos detidos até a maturi- dade	296,684		296,684	-	Passivos nao correntes detidos para venda e operações descon- tinuadas	-	-
Derivados de cobertura	-		-	-	Provisões	26,379	27,469
Activos nao correntes detidos para venda	-		-	-	Passívos por impostos correntes	-	-
Propriedade de investimentos	250,736	-	250,736	252,085	Passivos por impostos deferidos	73,949	73,949
Outros activos tangiveis	1,134,263	222,765	911,499	944,668	Outros passivos subordinados	-	-
Activos intangiveis	307,695	279,399	28,296	42,700	Outros passívos	519,572	952,453
Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-		-	-			
Activos por impostos correntes	21,827		21,827		Capital	2,647,200	2,397,200
Activos por impostos diferidos	73,949		73,949	·	Premios de emissão	13,790	13,790
Outros activos	455,390		455,390	805,583	Outros instrumentos de capital	-	-
					Acções próprias	-	-
					Reservas de reavaliação	-	-
					Outras reservas e resultados tran- sitados	-794,631	-795,370
					Resultado do exercício	31,910	739
					(Dividendos antecipados)		
							-
TOTAL DO ACTIVO	16,429,438	1,090,190	15,339,247	9,935,988	TOTAL DO PASSÍVO	15,339,247	9,935,988



Anexo à Circular n° 3/SHC/2007 MODELO IV (milhares de meticais)

	2020	2019
luras a Dandimantas Similares		
Juros e Rendimentos Similares	833,334	680,932
Juros e Encargos Similares Margem Financeira	291,456 541,878	255,648 425,285
Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
Rendimentos com servicoes e Comissoes	167,109	193,281
Encargos com Servicos e Comissoes	(54,554)	(58,516)
		, , ,
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	_
Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
Resultados de Reavaliacao Cambial	251,162	206,090
Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-
Outros Resultados de Exploracao	362	11,846
		,
Produto Bancario	905,957	777,986
Custo com Pessoal	353,227	343,720
Gastos Gerais Administrativos	293,981	246,766
Amortizacao do Exercicio	85,183	95,455
Provisoes Liquidas de Reposicoes e Anulacoes	1,328.74	-
Imparidade de Outres Actives Einanceires Liquides de Beversees e Besuperasses	04.051	62 202
Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversoes e Recuperacoes	94,951	63,302
Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	0	(2,810)
		(=,0=0)
Resultado Antes de Impostos	77,286	31,554
Impostos Correntes	45,218	31,698
Impostos Diferidos	-	(883.10)
	32,068	739
Resultados após Impostos		
Resultados após Impostos Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	(158)	-

O Director Financeiro

